

BATISTA; Milena Sasha Santos¹

RESUMO

Introdução

Em minha experiência enquanto mãe e universitária, foram pouquíssimas as vezes em que me senti acolhida para levar o meu filho Miguel à Universidade de Brasília. Sendo sincera, consigo me lembrar de estar com ele em alguns breves momentos nas aulas de antropologia da saúde. Fui mãe muito cedo e regularmente me senti invisibilizada por todos, apenas mais uma parte das estatísticas de mães na adolescência. A partir disso, após ingressar na universidade, pude ver mães com seus filhos em poucos momentos também, afinal a universidade não foi um espaço desenhado para receber crianças, independentemente da idade delas.

A universidade não é um local pensado para nós mães, tampouco para crianças. Desde a estrutura física e os espaços acadêmicos, até os olhares de desaprovação de muitos estudantes e professores. A maternidade, de certa forma, habitualmente traz um peso para nós universitárias. Seja em casa, no ambiente de trabalho ou na universidade, ser mãe não é algo que traga aprovação, mas sim algo que muitas vezes traz em voga um sentimento de medo e vergonha. No entanto, ainda na universidade é possível encontrar apoio vindo de outras mães que se sentem inseguras em relação à maternagem e à vida acadêmica.

No entanto, pensar a maternidade tem se tornado um importante objeto na área das ciências sociais e saúde, uma vez que é uma temática que vem crescendo e ocupando diversos espaços acadêmicos como simpósios, rodas de conversa, seminários, entre outros espaços de debate. Já existem diversos artigos, trabalhos de conclusão de curso e outras produções acadêmicas acerca da maternidade e temas relacionados, como puerpério^[1], saúde mental materna, depressão pós-parto e parentalidade.

A presente pesquisa busca compreender como funciona o contexto de mães universitárias durante uma pandemia (ainda em curso), agora em espaços acadêmicos on-line, e perguntar se existe acolhimento para elas, além de buscar refletir como a pandemia pode ter afetado as redes de apoio dessas mães, tanto aquelas que estão no puerpério como aquelas que são mães de crianças maiores, uma vez que ainda existe, em alguma medida, um pacto social de isolamento. O foco deste estudo são as vivências de mulheres mães universitárias, os desafios enfrentados e as saídas encontradas por elas.

No início do ano de 2020 surgiram no Brasil os primeiros casos de pessoas infectadas com o novo coronavírus (SARS-COV-2) e hoje, mais de um ano após a primeira infecção, já contamos com mais de 536 mil mortes ocasionadas pela Covid-19. Em meados de março daquele ano, foram decretados em todo o país *lockdowns* para prevenir a dispersão do vírus.

Já são 16 meses de pandemia e sabemos que os efeitos da crise sanitária têm sido mais pesados para pessoas, segmentos e coletividades em situação de vulnerabilidade social. A vivência do isolamento social prolongado reduziu ou inviabilizou o recurso a redes de apoio, possivelmente aumentando o risco de adoecimento mental para as mulheres em geral, e ainda mais para aquelas que são mães, estudam e trabalham, mesmo quando há um companheiro participativo. Saber como essas mulheres estão lidando com as múltiplas demandas que recaem sobre elas neste momento é muito importante para situar sociologicamente uma experiência de maternidade específica e, assim, contribuir para a ampliação da compreensão sobre a saúde mental das mulheres mães universitárias (Zanello, Fiuza e Costa, 2015).

Buscarei reconhecer as questões de saúde mental sempre partindo de um foco em que a articulação entre a classe social e a raça dessas mulheres torne evidente como esses dois fatores impactaram as diferentes realidades. Estou considerando que a pandemia pode ter agravado dificuldades anteriores, aumentado as demandas em relação ao trabalho doméstico e aos filhos, além da necessidade de se enquadrar no formato on-line de aulas, tanto as da universidade quanto as das escolas das crianças.

¹ Universidade de Brasília, milenassbatista@gmail.com

Como aponta a pensadora Silvia Federici (2019), na sociedade capitalista o trabalho doméstico está imposto para as mulheres de uma maneira que, por muitas gerações, a mulher só encontrará o seu verdadeiro caminho e plenitude ao exercer a função de esposa e mãe que cuida do marido e dos filhos; no entanto, considerar que essas mulheres estão sendo sobrecarregadas e postas em segundo plano é essencial para perceber o motivo de muitas estarem fugindo desse destino desde o século passado, ressaltando que essas mulheres em sua maioria são as mulheres brancas da elite que não correspondem ao conjunto de todas as mulheres.

Compreender os efeitos que a pandemia pode trazer para essas mulheres mães que antes já estavam com muitas demandas e no pós-pandemia se encontrarão totalmente abarrotadas de funções é crucial para o entendimento de que mulheres mães, sobretudo aquelas que ainda estão em fase de estudos na universidade, por muitas vezes estão esgotadas física e psicologicamente. Além disso, entender como a universidade acolhe suas estudantes mães é também conhecer como funciona o ambiente universitário com relação a outras demandas que não as exclusivamente acadêmicas, mas que têm conexão com elas.

A pandemia de Covid-19 faz com que muitas de nós estejamos não apenas sobrecarregadas enquanto mães e universitárias, mas enquanto cuidadoras também. Muitas assumiram funções que antes não tinham, como cuidar dos avós e outros parentes devido às perdas que ocorreram na família por incidência do vírus. Pretendo averiguar como pode haver ramificações desses cuidados e como as redes de apoio se reinventaram no decorrer da pandemia, como tem funcionado a dinâmica familiar e as novas demandas que surgem com isso.

Métodos

A metodologia utilizada nesta pesquisa combina a minha participação em um grupo virtual de mães universitária e em rodas virtuais de conversa e simpósios virtuais com o tema maternidade, como ouvinte; entrevistas semi-estruturadas realizadas com cinco mães universitárias; formulário on-line respondido por cinco mulheres; revisão bibliográfica (percorrendo trabalhos das áreas de antropologia da saúde, estudos feministas e psicologia); análise de matérias jornalísticas; dois filmes (*Tully* e *Tallulah*); dois episódios do podcast *Anthropológicas*, realizado por estudantes e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): no episódio 13 a professora e pesquisadora Elaine Müller, que é mãe de três, falou sobre o tema da maternidade em tempos de pandemia; no episódio 34, o doutorando Igor Holanda e seu orientador, professor Alex Vailati, falaram sobre o sofrimento e adoecimento entre jovens graduandas dessa universidade.

Tomei notas em diário de campo desde o início da pesquisa. As entrevistadas leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes das conversas. Todas as entrevistas foram transcritas e alguns trechos se encontram ao longo do texto. O TCLE e o roteiro para a realização das entrevistas se encontram nos anexos I e II.

As cinco mulheres que participaram dessas conversas foram selecionadas por meio do grupo de Whatsapp Mães UnB, coletivo que surgiu em 2016 com o intuito de ser uma rede colaborativa de apoio e de diálogos sobre maternidade e universidade entre mães estudantes da Universidade de Brasília e hoje conta com 72 participantes de diversas áreas do ensino, e foram as que toparam participar da pesquisa; ao longo desse momento de seleção, surgiram outras mulheres que gostaria de entrevistar, mas que, por diversos motivos, escolheram não participar ou apenas deixaram de responder. A maioria dessas entrevistas foram realizadas à noite ao longo da semana e nos finais de semana pela manhã. Foi simples marcar as primeiras entrevistas, devido à disponibilidade das interlocutoras e à minha própria, mas em seguida voltei a trabalhar presencialmente e tudo ficou mais complicado.

As últimas entrevistas precisaram ser adiadas algumas vezes e acabamos marcando nos finais de semana, quando eu e as interlocutoras tínhamos algum tempo livre. Problemas de conexão de internet e ausência de um bom equipamento também dificultaram o processo de entrevistas no formato on-line.

Maternagem e adoecimento

Falar sobre maternidade e não abordar o puerpério é deixar para trás uma parte do que é ser mãe. Nas entrevistas e no formulário on-line, a seguinte pergunta foi realizada: “Defina o seu puerpério em uma palavra”.

E essas são algumas das palavras que surgiram : “Calvário”; “Desafio”; “Loucoamor”; “Inferno”; “Resguardo”; “Cansaço”, dentre outras respostas que não se limitaram a uma única palavra. Compreende-se que o puerpério se inicia logo após o parto e pode se estender até os dois anos ou mais da criança; ao longo desse período, a mulher passa por mudanças psíquicas, físicas e sociais.

Em uma das entrevistas, surgiu o conceito D-MER (mal-estar na ejeção láctea), uma disforia na mulher pouco antes de ejetar o leite. Cravina, que foi a interlocutora que trouxe esse tema, relata que, antes de descobrir esse conceito, ela sentia uma imensa vontade de morrer e se sentia muito mal ao ter que amamentar a filha, sendo que os picos de felicidade e tristeza ocorriam de maneira brusca. Apenas após a descoberta desse conceito, Cravina deixou de se culpabilizar em relação às alterações repentinas de humor ao amamentar. Essa disforia chamou a atenção por ser algo que milhares de mulheres podem estar enfrentando ao longo do puerpério e não fazem ideia, daí a importância de ampliar esse debate em diversos círculos relacionados às experiências de maternar.

De acordo com Kitayama (2020), “(...) a amamentação pode surgir como uma forma de pressão sobre as mulheres, quando não se leva em consideração, por exemplo, que a mulher tem que voltar ao trabalho, que ela tem alguma questão no seio que dificulta a amamentação, que tem alguma deficiência ou doença crônica (Kitayama, 2020, p. 72)”. Assim, trago a questão da D-MER como uma intercorrência que pode acometer muitas mulheres sem que saibamos o que está se passando.

Isso ajuda a perceber como a transição de mulher para mãe pode afetar física e psicologicamente essas mulheres e como as questões do puerpério e maternidade são singulares para uma dessas mulheres. Ainda segundo a autora, “(re)pensar a maternidade, portanto, se faz necessário e implica compreendê-la como pauta política em termos de reprodução e relações de poder” (Kitayama, 2020, p.24).

Ademais, essas mulheres que se encontram inseridas em um contexto de isolamento social, de acúmulo de demandas e de privatização do cuidado podem trazer um novo entendimento do conceito de puerpério, pois a pandemia fez com que a experiência de maternar se tornasse, para muitas mulheres, um período de resguardo “sem fim”, com desdobramentos dos pontos de vista físico, subjetivo, profissional e financeiro.

Conclusão

Estudar e vivenciar o maternar na pandemia foi um dos maiores desafios que experimentei nos últimos anos. Enquanto mãe universitária e trabalhadora, experimentar a maternidade em um pandemônio e lidar com aulas remotas foi uma grande montanha-russa. Mas entendi que houve diversos momentos de pura satisfação e euforia com as aulas remotas, participação em seminários e outras atividades acadêmicas, o que não acontecia antes da pandemia. Senti a potência que é estudar maternidade, relações de cuidado e feminismo e poder ouvir e dialogar com mulheres mães universitárias, que em suas vivências singulares deram vida a essa pesquisa.

Vimos ao longo deste trabalho como os marcadores de gênero, raça e classe social perpassam as relações de cuidado, configurando experiências de maternidade singulares, que podem incluir adoecimento psíquico e obstáculos objetivos para o crescimento na vida acadêmica, bem como desafios para o desenvolvimento global dos filhos. Ao prestar atenção também aos não ditos, percebi que minhas interlocutoras naturalizam em alguma medida a associação entre trabalho doméstico e cuidado dos filhos e a figura feminina, uma vez que elas raramente mencionaram o tempo gasto com essas atividades ou as tarefas eventualmente realizadas pelos pais.

Desse modo, entendo que elas perpetuam esse silenciamento e invisibilização do trabalho reprodutivo; por outro lado, perceber que essa é uma problemática inerente à sociedade capitalista, que explora ao máximo o trabalho afetivo, sexual, reprodutivo, braçal e de cuidado que as mulheres vêm realizando ao longo dos séculos, é essencial para elaborar e implementar políticas públicas específicas, como a remuneração do trabalho doméstico, a ampliação das vagas em creches e escolas e o acesso à saúde em sentido amplo.

Percebe-se a importância de uma boa rede de apoio para a vida dessas mulheres e como a pandemia intensificou a privatização do cuidado, multiplicando as demandas dessas mulheres, muitas vezes sendo a razão de um adoecimento físico e psíquico, uma vez que os encontros presenciais foram impossibilitados ao longo da pandemia, assim como os passeios, idas à escola e parques e outras atividades que antes possibilitavam uma melhor qualidade de vida para as mulheres e seus filhos.

Além disso, compreendi que as relações de cuidado são passadas de mulher para mulher, ao longo das gerações, e que as reconfigurações dos arranjos de cuidado que se mostram necessárias no âmbito das famílias, como a adoção de crianças e adolescentes que perderam sua mãe ou o cuidador principal para a Covid-19, se fazem igualmente em torno da figura de outras mulheres. Essas reflexões acerca dessas famílias desestruturadas, da invisibilidade do trabalho materno e do aumento das demandas, incluindo a de alfabetizar e apoiar os estudos de um filho, assim como o trabalho remoto e a vida acadêmica em curso, mostram o tamanho do desafio enfrentado por minhas interlocutoras.

Minha intenção é enfatizar a importância de políticas públicas voltadas à permanência de pessoas que possuem filhos no ensino superior, a fim de conquistar a equidade de gênero na vida acadêmica e no mercado de trabalho.

Mas ficam as perguntas: como se pode construir um espaço acadêmico acolhedor para as mulheres mães na atual conjuntura de isolamento social? Como o processo de democratização da universidade pública pode vir a favorecer a permanência e a ascensão das mulheres mães, especialmente aquelas racializadas e em situação de vulnerabilidade social? Quem cuida de quem cuida? Acredito que a reflexão engajada a respeito dessas questões pode tornar a universidade um espaço mais democrático, acolhedor, plural e justo.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Juliana Kitayama. *Os não ditos do puerpério. Dialogando com profissionais que atendem puérperas*. Brasília. 2020.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução*. 1ª Edição, São Paulo, Brasil. Editora Elefante. 2019.

TALLULAH. Direção de Sian Heder. Estados Unidos, 2016. (111 minutos).

TULLY. Direção de Jason Reitman. Estados Unidos: Diamond Films, 2018. (96 minutos).

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto S. *Saúde Mental e Gênero: Facetas Gendradas do Sofrimento Psíquico*. Revista da Psicologia, pp.238-246. 2015.

[1] É importante compreender que o tempo do puerpério pode durar de zero a três anos de idade de uma criança, e que essas mulheres puérperas estão sujeitas a variações de humor e que muitas vezes não são compreendidas e/ou acolhidas.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade, universidade pública, pandemia de covid-19, saúde mental